

Centro de referência de atendimento à mulher (CRAM) e a segurança da mulher: Um relato de experiência

Ana Letícia Alves Tomé de Sousa

Bacharelado em Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888
Encruzilhada, Itapipoca - CE.

Antonia Hannastacya Nascimento Veras

Bacharelado em Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888
Encruzilhada, Itapipoca - CE.

Emanuel Marcos dos Santos Alves

Bacharelado em Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888
Encruzilhada, Itapipoca - CE.

Ana Priscila Barroso Araújo*

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Uninta Itapipoca. Av. Anastácio Braga, 4888
Encruzilhada, Itapipoca - CE.

*Autor correspondente: Discente do curso de Psicologia, Av. Anastácio Braga, 4888
–Encruzilhada, Itapipoca - CE. (88) 2137-0279; anaprisila_araujo@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher é uma problemática que tem várias implicações em suas manifestações e sinais, que antecedem o próprio ato de agressão física. O Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, é um equipamento voltado para a proteção e a promoção do bem-estar de mulheres que foram vítimas de violência. **Objetivo:** O presente artigo tem como objetivo discutir como a violência contra a mulher é percebida pelos profissionais de psicologia nos espaços de acolhimento, bem como sobre as intervenções realizadas nestes espaços. **Metodologia:** Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão narrativa da literatura de artigos de revistas, livros e cartilhas técnicas, bem como de observações realizadas em um CRAM de uma cidade no interior do Ceará. **Resultados:** Os resultados indicaram que a violência doméstica pode ser associada com a violência de gênero, definida como uma possível relação de poder entre o homem que desempenha um papel de autoridade, e a mulher como sendo submissa a esse suposto dominador. O machismo é um fenômeno que, muitas vezes, acontecem em atendimentos de equipamentos voltados para a segurança da mulher, sendo manifestado através de atitudes discriminatórias que julgam a credibilidade da fala de mulheres. **Conclusão:** Conclui-se que é importante que o CRAM tenha uma estrutura adequada e profissionais capacitados, para que os atendimentos sejam feitos e realizados com eficácia, possibilitando um espaço agradável e acolhedor, para as vítimas que buscam um atendimento no equipamento.

Palavras-chave: Androcentrismo; CRAM; Violência Doméstica.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno considerado como um problema de saúde pública. Existem várias implicações para com as suas manifestações e sinais, que por muitas vezes antecedem a violência física. Um dos tipos de violência relacionado a mulher é a violência doméstica, que se caracteriza como atitudes ou omissões que infligem sofrimentos a mulher, sendo estes de natureza física ou psicológica, havendo também um sentimento de possessão de seus bens e um controle de suas atividades.

Para Alves (2005 apud MACHADO e GONÇALVES 2003, p.02), a violência doméstica consiste em qualquer ato ou omissão que cause sofrimentos psicológicos, morais, físicos ou patrimoniais de forma direta ou indireta ao indivíduo que resida com o agressor.

A violência doméstica pode ser associada com a violência de gênero, definida como uma possível relação de poder entre o homem que desempenha um papel de autoridade, e a mulher como sendo submissa a esse suposto dominador. É importante ressaltar que a violência é um componente que faz parte da história de vida de muitas mulheres, ocorrendo desde a infância por parte de familiares, especialmente do sexo masculino, e, posteriormente sendo reeditada pelo companheiro (BRASIL, 2013)

Existem centros especializados para o atendimento dessas mulheres vítimas de violência, que, conseqüentemente, tiveram os seus direitos violados. São conhecidos como Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que é um espaço destinado a acolher essas vítimas, disponibilizando um serviço adequado as demandas trazidas, onde serão ofertados serviços psicológicos e sociais, como também orientações e encaminhamentos jurídicos, para que haja uma superação da situação de violência. Essa atividade deve ser uma prática comprometida com a singularidade do sujeito, que necessita ser ouvido e respeitado em sua individualidade. O profissional que atende nesses centros, podendo ser (o) psicóloga (o) deve propiciar uma escuta atenta, oportunizando a emergência de significados (BRASIL, 2013)

Sendo assim, a atuação dos profissionais de psicologia no CRAM é relevante, e tem a sua devida importância para contribuir com a prevenção, como também na intervenção sobre as vulnerabilidades sociais trazidas pelas mulheres. Há a necessidade de um trabalho multidisciplinar nesses espaços, onde o psicólogo/a irá contribuir com o seu olhar profissional, para que sejam ofertados atendimentos que tenham como foco uma atenção integral a vítima de violência doméstica, para que esta possa ser escutada adequadamente e orientada conforme a sua demanda psicológica. Além disso, aponta-se para a importância da Psicologia na construção de espaços de organização social e familiar de modo a contribuir para a quebra dos ciclos de vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos, as redes de apoio social e a autonomia dos sujeitos (BRASIL, 2011, p. 12).

O presente artigo tem como objetivo discutir como a violência contra a mulher é percebida pelos profissionais de psicologia nos espaços de acolhimento, bem como sobre as intervenções realizadas nestes espaços.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração deste artigo, utilizamos o método de revisão narrativa de literatura, bem como de observações realizadas em um CRAM de uma cidade no interior do Ceará. A pergunta norteadora que deu partida a esta pesquisa fora: Como a violência contra a mulher é percebida pelos profissionais de psicologia nos espaços de acolhimento? Como as intervenções destinadas a estas mulheres são realizadas nestes espaços? Para esta questão, elencamos os descritores, “androcentrismo”, “CRAM” e “violência doméstica” para serem utilizados na busca nas bases de dados. Optamos por fazer uma busca combinada desses descritores, de forma a se ter um escopo mais fechado sobre o tema.

Utilizamos fontes bibliográficas que tratavam da temática geral do trabalho, como artigos de revistas e cartilhas técnicas que se relacionavam à temática proposta e, encontrados na base de dados eletrônica *Google Scholar*. Selecionamos esta base devido ao seu acesso livre, pela facilidade de uso e por possuir um acervo bastante amplo de periódicos e artigos indexados em seu banco de dados. Os critérios de inclusão adotados foram trabalhos publicados entre o ano de 2005 até 2021, com foco de pesquisa no Brasil, trabalhos na língua portuguesa, artigos, livros e cartilhas técnicas. Os critérios de exclusão adotados foram trabalhos publicados fora do período de tempo estipulado e, que não abordassem o tema da pesquisa.

Realizamos também uma pesquisa observacional não participante, no período de agosto de 2020 a dezembro de 2020, nas quais as informações coletadas e selecionadas foram analisadas a partir das teorias que abordam o tema, contribuindo assim, para este relato de experiência. A observação teve como foco a temática da violência doméstica, no CRAM enquanto estrutura e na questão do machismo estrutural no equipamento. Os textos foram selecionados, analisados e interpretados conforme o objetivo da pesquisa.

Foram observadas as implicações que as temáticas tinham no espaço, e em como possivelmente, elas teriam um impacto negativo no acolhimento e na orientação das mulheres que buscavam um atendimento. Tais informações, juntamente com os relatos observados, foram extremamente importantes para a compreensão do feminino nesses espaços, como também da violência de gênero que era parte da realidade do equipamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Violência doméstica

A violência doméstica se manifesta diante de pequenos sinais, que muitas vezes são ignorados pela própria vítima. Estão presentes em palavras depreciativas proferidas por impulso ou em tom de brincadeira, nos momentos em que ela a mulher impedida de sair para certo lugar ou com certa roupa, acaba não possuindo controle sobre suas redes sociais, e é constantemente constrangida diante de amigos e familiares por seu agressor, entre outros fatores alarmantes. A violência psicológica abrange xingamentos, humilhações e desvalorizações, sendo, muitas vezes, mais difícil da vítima suportar do que a física (RAZERA, CENCI E FALCKE, 2014)

Ao receber uma vítima de violência no CRAM, as funcionárias são instruídas a acolhê-la da melhor forma possível, onde recomenda-se que nesse primeiro contato tenha uma predominância de profissionais do gênero feminino, para que o ambiente seja confortável para a mulher em situação de vulnerabilidade. Além de uma recepção acolhedora, as funcionárias fornecem escuta à vítima e a incentivam a denunciar o/a agressor/a. Durante a visita observacional, foi relatada a necessidade de que as mulheres teriam que se sentir confortáveis no equipamento, haja vista que o profissional de vigilância do equipamento era do sexo masculino, sendo assim foi feita uma tentativa de aquisição de uma profissional de vigilância do gênero feminina no espaço.

Além de uma recepção acolhedora à mulher vítima de violência, pode ser encaminhada ao departamento de polícia juntamente com a psicóloga ou assistente social do CRAM. Caso aceite realizar a denúncia, ela é informada e orientada a respeito de como seu caso irá proceder. Há a existência de casos em que o agressor desmoraliza a vítima em sua procura por um atendimento, algo que foi mencionado durante a entrevista.

Quando detectada a violência, as mulheres tendem a sofrer uma dualidade interior, questionando se realmente deverão realizar a denúncia ou se prosseguirão com suas vidas como se a violência não houvesse ocorrido, pois muitas vezes a vítima por medo, acaba desistindo de prestar a ocorrência. Vários motivos podem ser as causas da desistência, como ameaças de morte, muitas vezes não restritas somente a ela, como também sua família ou entes queridos.

Outro motivo que pode ser apontado para essa desistência da vítima a prestar a queixa, pode ser relacionada a dependência financeira da mulher com seu agressor, por medo de não conseguirem outras fontes de renda, permanecem nos lares que foram violentadas convivendo com a pessoa que violou seus direitos.

3.2 CRAM: Política e Estrutura

De acordo com a cartilha de Norma Técnica de Uniformização (2006) emitida e distribuída gratuitamente pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que foi criada no ano de 2003 no intuito de auxiliar a presidência da República na formulação de políticas e campanhas educativas de caráter nacional, visando a igualdade de gênero e o combate à discriminação. Em parceria com grupos feministas e de outros movimentos sociais, a Secretaria desenvolveu o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que apoia ações de prevenção e combate à violência contra as mesmas. Assim como, o atendimento à mulher em qualquer situação de vulnerabilidade, fornecendo também as devidas orientações e atendimentos técnicos adequados.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM foram equipamentos criados através de políticas públicas, para intermediar e auxiliar no enfrentamento e combate da violência cometida contra as mulheres. Conforme Dos Santos (2021) o CRAM objetiva a promoção da quebra dos ciclos de violência enfrentados pelas mulheres, como também, auxilia na construção da cidadania através de ações globais e a partir da oferta de atendimentos interdisciplinares. Esses espaços foram criados para serem os articuladores existentes entre a rede de serviços de atendimento à mulher em alguma situação de vulnerabilidade.

Observou-se durante a visita realizada ao CRAM do interior do estado do Ceará, que

há uma insuficiência na sua equipe de profissionais, onde a estrutura atual não consegue fornecer o acompanhamento adequado a todas as demandas que a cidade possui, tanto no seu quadro de profissionais quanto em sua estrutura física.

O equipamento conta com uma estrutura com diversas falhas no teto, fazendo com que no período chuvoso haja um gotejamento no espaço. Os banheiros com sua estrutura comprometida, acabam impossibilitando um bom acolhimento dos usuários, e principalmente, das vítimas que fazem uso do mesmo, sendo necessário uma reforma. O equipamento também se mantém com uma mobília ultrapassada e com alguns móveis faltando, havendo a necessidade de aquisição de: um fogão, uma geladeira, novas mesas e cadeiras, novos aparelhos de ventilação.

Há também, a carência de um veículo próprio, para auxiliar na locomoção dos servidores e até mesmo das vítimas. Sendo que outro fator, é a falta de profissionais no local, pois o número presente é inferior ao estipulado para que ocorra um atendimento adequado às vítimas que chegarem ao local, bem como ao atendimento populacional da cidade. Atualmente o equipamento se encontra em estado de carência, com diversas demandas para atender, fazendo com que ocorra um comprometimento na eficiência das intervenções, em suas necessidades institucionais e serviços à comunidade.

Os serviços que são ofertados no CRAM devem elaborar diagnósticos preliminares a respeito da situação de violência, realizando encaminhamentos à rede de serviço, fazendo o acompanhamento dessa vítima, como também prestar atendimentos especializados que contemplem fenômenos e situações em que são cabíveis perspectivas psicológicas, jurídicas e sociais, como também, prestam orientações para as vítimas. (BRASIL, 2006)

O atendimento no CRAM às vítimas de violência é realizado em quatro fases: primeiro a vítima busca ajuda no equipamento, depois de receber o acolhimento necessário é fornecido a essa mulher orientações dos próximos passos a serem seguidos como os profissionais que ela terá contato posteriormente, em terceiro ocorre um atendimento aprofundado e em quarto se dá pelo encerramento do atendimento, pois a equipe manterá comunicação com os outros equipamentos da rede, como também realizando envios de relatórios periodicamente.

3.3 As implicações do patriarcado na violência contra a mulher

Algumas vítimas ao relatarem sobre a sua demanda no CRAM, podem se deparar com atitudes discriminatórias e machistas, que julgam a credibilidade de sua fala e colocam em dúvida alguns aspectos que são trazidos na característica de sofrimento psíquico. Muitas vezes, o profissional nem percebe o seu comportamento inadequado e inadmissível, onde a prevenção de que a vítima passe por mais sofrimento é um dos objetivos da atuação do equipamento na sociedade.

O machismo enquanto estrutura é um problema que surge através de uma ideologia patriarcal da qual vivemos e fazemos parte, onde o homem detém uma figura dominante, onde a racionalidade e a verdade de seus posicionamentos sempre são incontestáveis, sendo a fala de uma mulher, algo que vem para dissimular a sua verdade.

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e do feminino como

seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Com base no patriarcalismo, o masculino é visto como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade (BALBINOTTI, 2018, pag. 248-249).

Coloca-se em questão a posição que o homem possui na sociedade, e em como o seu papel social tem espaço para certas atitudes que tendem a ser naturalizadas. Na qual, a palavra do homem sobre o que está sendo acusado pela mulher como uma situação de violência, possui uma atenção maior, e a palavra da mulher, possivelmente acaba por ser interpretada como uma tentativa de manipulação da fala dele.

No regime patriarcal, as mulheres são percebidas como seres inferiores e subordinadas aos homens, o que autoriza o controle dos corpos e da sexualidade feminina. Por muito tempo, as mulheres foram consideradas como propriedade dos homens; desde o nascimento, o pai detinha todos os poderes sobre sua filha, tais poderes seriam transferidos ao seu futuro esposo posteriormente (DOS SANTOS e MOREIRA, 2019, p. 392).

A palavra da mulher, muitas vezes, é distorcida fazendo com que o seu discurso tenha um lugar de fala pertencente ao delírio e a loucura, algo que vai causando mais sofrimento para a vítima, pois, a mesma quando vai em busca de ajuda em espaços de apoio, como o CRAM, é possível que esteja há muito tempo sofrendo com a violência, e ao se deparar com mais julgamento de sua fala e moral, acaba por não mais querer buscar um acolhimento profissional, que deve ser um local de segurança e não de mais violência. Todos os tipos de violência praticados contra a mulher têm como base as desigualdades entre homens e mulheres, bem como a manutenção e reprodução da ideologia de que há um domínio dos homens sobre elas (DOS SANTOS e MOREIRA, 2019, p. 402). São situações cotidianas que possuem esse lugar simbólico em nossos papéis sociais, e que os profissionais devem ter conhecimento deles para não serem também reprodutores de discursos similares.

Os profissionais que irão acolher essas mulheres em situações de vulnerabilidade, devem ter um preparo para conseguirem acolher e escutá-las de maneira adequada. Conhecer, e compreender que o machismo é uma problemática estrutural em nossa sociedade, é extremamente relevante para que não ocorram exclusões nos espaços de prevenção e promoção de saúde, que é o caso do CRAM. Foi observada na visita institucional que os discursos machistas faziam parte da realidade cotidiana do equipamento, algo que já tinha sido discutida a questão de que tais atitudes não eram admissíveis, e que havia um sentimento de incômodo por parte de atitudes dessa natureza, em um ambiente profissional.

De acordo com Batista, Pires e Lima (2021), há toda uma reivindicação de que as desigualdades entre gênero sejam desfeitas, através de perspectivas tanto femininas quanto masculinas. Quando há essa noção da existência dessa suposta dominação masculina, há a possibilidade de compreender o fenômeno trazido como demanda, e poder orientar melhor a vítima, para que ela seja capaz de recuperar a sua autonomia, para que a mesma possa conseguir sair da situação de violência.

A mulher enquanto vítima, irá falar sobre as suas queixas e sofrimento com uma pos-

tura mais passiva, reconhecendo em algumas situações que não há como se afastar da violência, por conta de sentimentos pessoais, por não ter uma estrutura que a receba e a proteja, por não acreditar que alguém acredite em sua palavra, ou ainda, por temer ainda mais julgamento e opressão. Dos Santos e Moreira (2019) apontam para como esse processo de dominação-submissão pode ser mal compreendido por quem está escutando-o. Compreendendo as masculinidades e as feminilidades como construções sociais, percebemos como o sexo biológico irá determinar a maneira como as diferenças, presentes nos corpos serão vistas e tratadas pelo contexto em que estão inseridas (p. 398)

O corpo da mulher na sociedade, as suas decisões e atitudes, sempre foram estigmatizados e alvo de discursos que oprimem cada vez mais a figura feminina nos espaços sociais, e quando há uma posição masculina por detrás deles, há uma desvalorização ainda maior do que é ser mulher e do ser feminino em um lugar onde o patriarcal é tido como modelo de liderança e dominação.

A masculinidade hegemônica se configura como um referencial normativo. Esta masculinidade incorpora a ideia de “honra” de ser homem, ancora a ideologia de que todos os homens devem se posicionar em relação a ela, como um ideal, e ainda, legitima a subordinação das mulheres aos homens. Esta masculinidade se apresenta como uma instância idealizada na cultura patriarcal (BATISTA, PIRES e LIMA, 2021, p. 24).

Reconhecer que esses espaços como o CRAM podem ser reprodutores de discursos dessa natureza, é um primeiro passo para ser possível o reconhecimento da necessidade de uma capacitação melhor sobre a temática da violência feminina, e em como os profissionais são importantes para quebrar esse ciclo de violência. Segundo Batista, Pires e Lima (2021) a discussão sobre a violência de gênero é importante para a aquisição de novas relações culturais voltadas para um processo educacional sobre a temática de gênero.

Pois, quando há o reconhecimento de um pensamento estigmatizado e estruturado socialmente, há a possibilidade de compreender a formação do processo e ser possível a desconstrução de sua ideologia.

No regime patriarcal, as mulheres são percebidas como seres inferiores e subordinadas aos homens, o que autoriza o controle dos corpos e da sexualidade feminina. Por muito tempo, as mulheres foram consideradas como propriedade dos homens; desde o nascimento, o pai detinha todos os poderes sobre sua filha, tais poderes seriam transferidos ao seu futuro esposo posteriormente. ” (DOS SANTOS e MOREIRA, 2019, p. 392).

Ou seja, é possível que o acolhimento quando realizado de maneira incorreta, inclusive por profissionais do gênero feminino, acabem reproduzindo discursos machistas que acabam distanciando a vítima de seus direitos e garantias, na busca por um atendimento humanizado. Cada vez mais a desigualdade entre homens e mulheres era sustentada por estereótipos, preconceitos e hierarquia de valores (BALBINOTTI, 2018)

Portanto, mostra-se de grande relevância perceber esse fenômeno da violência con-

tra a mulher como uma problemática estrutural, que tem como base uma cultura patriarcal, possibilitando a compreensão das sutilezas com as quais, cotidianamente, agressões são naturalizadas, e passam a acontecer com mais frequência, repercutindo na mulher vítima de violência enquanto corpo e feminilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as informações discutidas no artigo, há uma importância de que a violência doméstica seja discutida nos espaços de promoção de saúde e bem-estar, a fim de que seja possibilitado o acesso ao conhecimento sobre este tema, e das intervenções cabíveis. Há muitas outras formas de proteger a mulher em situação de violência, sem a necessidade de que ela recorra apenas às delegacias.

Assim vale ressaltar, que é importante que o CRAM tenha uma estrutura adequada, para que os atendimentos sejam feitos e realizados com eficácia, possibilitando um espaço agradável e acolhedor, para as vítimas que buscam um atendimento no equipamento. Por esses motivos, é de suma importância que haja um fortalecimento do investimento destinado ao equipamento, para que continue havendo o enfrentamento e a prevenção da violência contra a mulher.

É cabível também que nestes espaços sejam realizadas discussões sobre atitudes sexistas, que possivelmente podem distanciar a vítima da busca por ajuda, justamente por ela não se sentir acolhida e segura nesses espaços de proteção e prevenção. O sexismo enquanto estrutura está presente em nossos discursos e atitudes, e quanto mais podermos perceber as suas manifestações mais possibilitaremos o combate à desigualdade das mulheres em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cláudia. Violência doméstica. **Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra**, 2005.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BATISTA, Kevin Samuel Alves; PIRES, Anderson Moraes; DE LIMA, Aluísio Ferreira. In: POR UM FAZER POLÍTICO SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES. In: ROCHA, W. H. A, PIRES, A. M. GÊNERO E SEXUALIDADE: RESISTÊNCIAS DISSIDENTES NA CONTEMPORANEIDADE. Catu: **Bordô-Grená**, BA. 2021, pag. 23-39.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. LEI Nº 13.266, de 05 de abril de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113266.htm. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Nor-**

ma Técnica de Uniformização. Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, DF, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Informações para gestores e gestoras. Brasília, DF: CFP, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP). Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência. Brasília. 2013.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; ANGELIM, Fábio Pereira. Violência doméstica. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 2, n. 1, p. 16-16, 2003

DOS SANTOS, Luciane Silva. REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES A PARTIR DOS ACOMPANHAMENTOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO-CRAM EM VALENCIA-BA. In: Simpósio Nacional de História, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais ANPUH – Brasil**. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 2021

DOS SANTOS, Alyne Aparecida Oliveira; MOREIRA, Margareth Campos. Feminicídio: uma análise sobre a construção das masculinidades e a violência contra a mulher. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, v. 1, n. 2, 2019.

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretarias de políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

RAZERA, Josiane; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; FALCKE, Denise. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.